



ADPEMA Noticias 25

M14

III CORRIDA DEFENSORIA PARA TODOS

5km **22/Nov. Av. Litorânea 7h**

Largada: Praça do Pescador
Inscrições: De 30/Set. a 15/Nov.
no site www.chiptiming.com.br

PATROCÍNIO MASTER: mateus, GOVERNO DO MARANHÃO
PATROCÍNIO: SNEAKERS, SÃO LUÍS, DIV. ASCAROL E FIEMA SEST
APOIO: LABORIO, Selo, TV SERRA, BARRA D'ÁGUA, FLORENCE, bodytech, TV CIDADE
REALIZAÇÃO: ADPEMA

13/11/2015 - Movimento pela autonomia da Defensoria Pública ganha novos apoios

#DefensoriaSim

Carta aberta para os movimentos sociais



Várias entidades e grupos da sociedade civil organizada enviaram nesta sexta-feira (13) apoio à **CARTA ABERTA PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA** construída pela ANADEP.

Entre elas estão:

Associação Internacional Maylê (AMSK/Brasil);
Associação para a preservação da Cultura Cigana (APRECI);
Comissão Pastoral da Terra (MG);
Núcleo de Cultura Indígena (NCI)
Fonte: Ascom/ANADEP

13/11/2015 - Encerram próximo domingo as inscrições para III Corrida Defensoria para Todos

M14

III CORRIDA DEFENSORIA PARA TODOS

5km **22/Nov. Av. Litorânea 7h**

Largada: Praça do Pescador
Inscrições: De 30/Set. a 15/Nov. no site www.chiptiming.com.br

PATROCÍNIO MASTER PATROCÍNIO APOIO REALIZAÇÃO

As inscrições para participação na III Corrida Defensoria para Todos podem ser realizadas através do site: www.chiptiming.com.br até próximo domingo (15). O evento esportivo acontecerá no dia 22 de novembro a partir das 07 horas na Avenida Litorânea. Pela primeira vez, a corrida haverá patrocínio integral do evento através do grupo empresarial Mateus por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, além de contar com outros apoiadores que farão sorteio de vários brindes.

Seguindo a mesma proposta da edição 2014, todos os participantes da II Corrida Defensoria para Todos, que completarem a prova, serão premiados com medalhas, sendo que os três primeiros colocados na categoria geral, tanto masculino quanto feminino, divididos por faixa etária, receberão troféus. Haverá também categoria específica para os defensores públicos e pessoas com deficiência.

Para a Presidente da ADPEMA, Clarice Binda, a Corrida Defensoria para Todos tem tido uma notória evolução. “No ano de 2014, além da qualidade da organização mantida, houve uma maior divulgação, através da ASCOM/ADPEMA, inaugurada no mesmo ano, com uma maior inserção na mídia local. Neste ano de 2015, a III Corrida Defensoria para Todos conta com os parceiros anteriores de forma mais ampla, além de novos parceiros que já manifestaram interesse em apoiar a Corrida por já reconhecer que faz parte do calendário esportivo local”, declara.

12/11/2015 - Apenas 4% dos liberados nas audiências de custódia voltam a ser presos



Estatísticas sobre os primeiros meses de funcionamento das audiências de custódia em nove tribunais de Justiça indicam que os presos autorizados a esperar pelo julgamento em liberdade raramente voltam a ser detidos por novos crimes.

Nas cortes de Espírito Santo, Mato Grosso, São Paulo, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Bahia, o chamado índice de reingresso é de 4%. Das 6.513 pessoas que receberam liberdade provisória em audiência de custódia nesses nove estados, apenas 264 pessoas voltaram a ser apresentadas a um juiz por terem cometido um crime novamente.

Esse é apenas um dos dados positivos apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o projeto das audiências de custódia, implantado nos 27 tribunais de Justiça do Brasil. Em artigo publicado na ConJur nesta quarta-feira (11/11), o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, apresentou outros dados ao mostrar como foi a evolução da construção da política pública à sua prática.

De acordo com ele, em meados de outubro, mais de 20 mil presos em flagrante foram atendidos em audiências de custódia. Desses, 45% acabaram liberados. No ato de prisão, também foram denunciados 1,3 mil casos de violência.

No artigo, o ministro aponta ainda outro aspecto positivo das audiências de custódia: a repercussão econômica. "Dados preliminares apontam que aproximadamente 50% dos presos em flagrante, quando colocados face a face com um juiz, deixam de ser recolhidos aos já superlotados cárceres brasileiros, estimando uma economia de cerca de R\$ 4,3 bilhões aos cofres públicos, nos próximos 12 meses", afirmou o ministro.

Na audiência de custódia, os detidos em flagrante são apresentados a um juiz, que avalia se a pessoa precisa ficar sob custódia enquanto não é julgada. Fatos como ser réu primário e o crime cometido causar menor impacto à convivência social contribuem para que o acusado receba permissão de esperar ser julgado longe de uma prisão, muitas vezes sob a condição de cumprir uma medida cautelar, como o uso de tornozeleira eletrônica.

Parceiro do CNJ no projeto, o Instituto de Defesa de Direito de Defesa (IDDD) vê a iniciativa como o maior avanço nos últimos anos em relação Justiça criminal.

De acordo com o presidente do IDDD, Augusto de Arruda Botelho, a importância da audiência de custódia vai além das estatísticas. Ele explica que antes da audiência de custódia os presos

esperavam meses até terem sua prisão analisada por juiz, que em muitos casos considerava que a prisão não era necessária, aplicando medidas cautelares.

Além disso, ele aponta que os que criticam as audiências de custódia dizem que os resultados não são tão expressivos. Para Botelho, qualquer resultado é positivo: "Qualquer número é importante. Se uma pessoa foi solta após a audiência de custódia, a iniciativa já é válida", diz.

A celeridade promovida pelo procedimento é elogiada por aqueles que lidam com a audiência de custódia cotidianamente. É o caso do criminalista Daniel Bialski, do Bialski Advogados Associados. "É de se elogiar a medida porque os presos são conduzidos às audiências e se abre oportunidade para apresentação de documentos, manifestação do advogado e do promotor, sendo que o juiz examina a situação concreta e dá sua decisão naquele momento", conta.

Para Bialski, o projeto de implantação das audiência de custódia em todo o país é positiva, pois não se pode mais permitir a demora nos julgamentos. "Toda pessoa detida ou retida tem o direito de se ver julgada dentro de um prazo razoável. E isso, para quem está preso, é o mais breve possível. Não pode existir espera sem limite."

Everton Moreira Seguro, do Peixoto & Cury Advogados, reforça: "No cotidiano forense, a audiência de custódia torna o sistema de Justiça criminal mais eficiente, no que tange a constatação imediata de irregularidades e ou ilegalidades cometidas no ato da prisão em flagrante, dando a oportunidade de na própria audiência de custódia serem sanados tais vícios, protegendo os direitos e garantias fundamentais de cada cidadão".

"A iniciativa do CNJ em conjunto com os tribunais revela um avanço e uma maturidade na política judiciária brasileira, de maneira que essa iniciativa é motivo de aplausos da comunidade jurídica", afirmou Marcelo Knopfelmacher, presidente do MDA.

Pleito antigo

O advogado Alamiro Velludo Salvador, membro da Comissão de Direito Penal do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp), conta que a implantação da audiência de custódia no Brasil é um pleito antigo da comunidade jurídica. Segundo ele, o tema já é discutido pelo menos desde 2013 no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, do qual faz parte.

Na visão de Salvador, o contato com o juiz é fundamental na audiência de custódia e permite uma análise melhor do caso, o que antes não acontecia, pois o juiz analisava somente o auto de prisão. "A audiência de custódia vem para levar ao juiz o conhecimento da realidade do preso, com base numa entrevista pessoal, e não baseado num papel, se é o caso da manutenção da prisão cautelar", explica.

Apesar de elogiar o projeto capitaneado pelo ministro Ricardo Lewandowski, ele faz questão de ressaltar que é preciso ir além e modificar o Código de Processo Penal, inserindo nele a audiência de custódia. "Enquanto ela não for interiorizada no processo penal, sempre ficará a mercê dessas decisões administrativas dos tribunais, como acontece hoje. O passo final, para que seja uma realidade penal, é a modificação do CPP para inclusão da audiência de custódia."

Projeto Audiência de Custódia

O CNJ lançou em fevereiro de 2015, em parceria com o Ministério da Justiça e o TJ-SP, o Projeto Audiência de Custódia. A iniciativa assegura que o preso seja rapidamente apresentado a um juiz quando houver prisão em flagrante. O acusado é então entrevistado pelo juiz, que também ouve representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado do preso.

Na ocasião, é analisada a legalidade da prisão. Consiste em uma oportunidade para o magistrado verificar eventuais casos de tortura ou maus-tratos entre o ato da prisão e a apresentação em juízo. Também são avaliadas a necessidade e a adequação da manutenção da prisão ou se é preferível conceder liberdade, que será acompanhada ou não de medidas cautelares, como o monitoramento eletrônico, sem prejuízo de encaminhamentos sociais e medidas com enfoque restaurativo.

Segundo o juiz Luís Geraldo Lanfredi, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, "as audiências de custódia permitem que o Poder Judiciário se apodere do controle da porta de entrada do sistema prisional, aplicando, de maneira inédita, filtros mais estritos para o encarceramento de uma pessoa. Com o contato pessoal juiz-jurisdicionado, os critérios de seleção daqueles que devem continuar presos, intuitivamente, se aprimora. A prisão, de fato, como ato de força, passa a assumir a condição de ato excepcional, permitindo ser melhor debatida no quesito da sua legalidade material e regularidade procedimental".

As audiências de custódia estão previstas em pactos e tratados internacionais de direitos humanos firmados pelo Brasil, como o Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José. Por decisão do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347, elas passaram a ser obrigatórias em todo território nacional.

Para Daniel Gerber, do Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados, a reforma feita pela implantação do projeto equivale à mudança da Idade Média para a Moderna, onde valores humanos e perspectivas reais de pacificação social deixam de ser apenas um mero pedaço de papel. "Salutar que nossa mais alta corte promova a verdadeira força normativa da Constituição (conforme Hesse) através de medidas processuais que sirvam para romper o paradigma cultural punitivo que ainda impera em nosso país", diz.

Como observou o ministro Ricardo Lewandowski em seu artigo, "a mudança de paradigmas a que está o Poder Judiciário exposto com as audiências de custódia mostra como podemos (e devemos) evoluir. E é para esse caminho que devemos apontar".

Fonte: Consultor Jurídico

12/11/2015 - III Corrida Defensoria para Todos contempla servidores da Defensoria em categoria de premiação este ano

Como forma de valorização dos servidores da Defensoria Pública do Maranhão (DPE/MA), a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) inova este ano com uma categoria especialmente para estes profissionais.

Sem focar na rivalidade, a Corrida proporciona muito mais o lazer e ainda um momento de confraternização, como reforça o servidor da DPE Celso Jesus Almeida, que há 15 anos dedica-se as atividades da Instituição. "A expectativa da corrida é a melhor possível. Para isso, precisamos estar motivados e aproveitar momentos como este para estar ao lado dos colegas, confraternizando", ressalta.

Todos os participantes da III Corrida Defensoria para Todos, que completarem a prova, serão premiados com medalhas, sendo que os três primeiros colocados na categoria geral, tanto masculino quanto feminino, divididos por faixa etária, receberão medalhões. Haverá também categoria específica para os defensores públicos e pessoas com deficiência, além da categoria do públicos em geral, sendo que os três primeiros colocados, feminino e masculino, serão premiados com troféus.

12/11/2015 - III Corrida Defensoria para Todos contará com premiações e brindes imperdíveis este ano

M14

III CORRIDA DEFENSORIA PARA TODOS

5km **22/Nov. Av. Litorânea 7h**

Largada: Praça do Pescador
Inscrições: De 30/Set. a 15/Nov. no site www.chiptiming.com.br

PATROCÍNIO MASTER PATROCÍNIO APOIO REALIZAÇÃO

A III Corrida Defensoria para Todos este ano promete muitas novidades. Em sua terceira edição, a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) contará com grandes parceiros na realização do evento, tornando-o ainda mais atrativo.

Pela primeira vez, a corrida contará com o patrocínio master do grupo empresarial Mateus, por meio da Lei de Incentivo ao Esporte. Além disso, outras empresas patrocinadoras investiram sua marca na corrida. No caso da marca esportiva Skechers, a Locadora São Luis, as Oticas Carol e o Sesi-Fiema. As oticas Carol sortearão dois pares de óculos da marca Oakley entre os corredores no dia da corrida.

Ainda apoiando o evento, a Faculdade Laboro, que sorteará 01 (uma) bolsa parcial de 50%, 03 (três) bolsas parciais de 30% de pós graduação lato sensu (especialização) ou Graduação, e 05 (cinco) bolsas integrais de Coaching e Marketing Profissional; o Instituto Florence, que fará aferição de pressão e glicemia dos corredores, além de prestar orientação sobre práticas saudáveis; a rede de academias Bodytech, que dará aulas de Alongamento, antes do início da corrida, e Zumba, ao final, além de fazer uma promoção especial para os participantes da corrida no valor da matrícula e mensalidade da maior rede de academias do país.

Além disso, a marca esportiva Skechers premiará cada 1º lugar das premiações Público Geral, Defensor Público, Servidor da Defensoria e PCD com um voucher valendo um par de tênis da marca. Os corredores poderão ainda fazer degustação de açaí pela empresa Oka Açai; terá também distribuição de lanches saudáveis pelo restaurante Leve Vida; e distribuição de garrafinhas de energéticos para os corredores pela loja NutrySports.

Seguindo a mesma proposta da edição 2014, todos os participantes da III Corrida Defensoria para Todos, que completarem a prova, serão premiados com medalhas, sendo que os três primeiros colocados na categoria geral, tanto masculino quanto feminino, divididos por faixa etária, receberão medalhões. Haverá também categoria específica para os defensores públicos, servidores da

Defensoria e pessoas com deficiência, além da categoria geral, sendo que todos os três primeiros colocados de cada uma receberá troféus.

Para a Presidente da ADPEMA, Clarice Binda, a corrida Defensoria para Todos tem tido uma notória evolução. Neste ano de 2015, a III Corrida Defensoria para Todos conta com novos parceiros, além daqueles que já apoiaram nos outros anos, o que demonstra o reconhecimento de que a Corrida já faz parte do calendário esportivo local, afirma.

A III Corrida Defensoria para Todos acontecerá dia 22 de novembro de 2015, domingo, na Avenida Litorânea, com largada na praça do Pescador às 7:00 h da manhã, e terá o percurso de 5 km. As inscrições podem ser realizadas até o dia 15 de novembro de 2015 pelo site www.chiptiming.com.br

11/11/2015 - XII CONADEP: Livro de teses e práticas exitosas já está disponível no site da ANADEP



O livro com as teses e práticas que foram apresentadas e julgadas durante a edição **XII do Congresso Nacional de Defensores Públicos**, promovido em Curitiba (PR), de 4 a 7 de novembro, já está disponível no site da ANADEP na seção “publicações”. A edição reúne 50 trabalhos de defensores públicos de estados como: Acre, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

Ponto alto das edições dos congressos, os concursos são ferramentas para troca de ideias e de informações acerca da atuação dos defensores públicos em todo o país. O concurso de Teses visa fomentar a produção teórica sobre Defensoria Pública. Já o concurso de Práticas Exitosas tem por objetivo compartilhar internamente as experiências dos defensores.

Em anexo o livro para visualização

10/11/2015 - Presidente da ANADEP recebe título de cidadão ludovicense



O Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), Joaquim Neto, recebeu na manhã desta terça-feira (10) na Câmara de Vereadores em São Luís título de cidadão ludovicense.

A mesa de abertura contou com a presença dos homenageados da Câmara dos Vereadores entre eles: Professora Maria Aparecida de Jesus Medeiros; Diretor do Grupo Lua Nova, o engenheiro Alexander de Carvalho e o presidente da ANADEP, Joaquim Neto; Corregedor Geral da DPE/MA, representando a Instituição, Antônio Peterson Rêgo; Vereador Francisco Carvalho (PSL-MA); Vereador Ricardo Diniz (PHS), responsável pelas homenagens, e o Vereador Sebastião Albuquerque (DEM). A Presidente da ADPEMA, Clarice Binda; Subdefensor geral do Estado, Werther Junior e os Defensores Públicos, Emmanuel Accioly e Gabriel Furtado, também estiveram presentes na solenidade, além de amigos e familiares.

Natural de Lago da Pedra, Joaquim Neto, destacou suas lutas pessoais e ainda reforçou a sua imensa satisfação e realização em ser Defensor Público e atualmente Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP). “Agradeço primeiramente a Deus pois através dele ultrapassamos os obstáculos e aprendemos a superá-los. Agradeço ainda a todos e minha família por estar ao meu lado em momentos especiais como este e me sinto realizado em lutar hoje, como presidente, por causas tão nobres como acesso à justiça, políticas públicas e defesa de direitos dos mais necessitados”, declara.

10/11/2015 - Defensor Público do MA expõe obras no XII Congresso Nacional de Defensores Públicos



O Defensor Público do Maranhão, Pablo Camarço, realizou na última quinta-feira (05), exposição da obra de sua autoria "Teoria de John Rawls: Tensão entre Procedimentalismo Puro (Universalismo) e Procedimentalismo Perfeito (Contextualismo) no XII Congresso Nacional de Defensores Públicos (CONADEP) na Universidade Positivo em Curitiba.

Para o Defensor Público, Pablo Camarço, foi um momento único estar ao lado de grandes nomes do Direito além de representar o Maranhão e o Piauí, estado de nascimento. "Primeiramente, ir a um evento nacional, realizado em outra região do país - CONADEP -, como piauiense, e na condição de Defensor Público do Estado do Maranhão, é uma satisfação imensa por ser uma maneira de fazer lá representar esses dois Estados nordestinos tão queridos. Além disso, a divulgação de livro de minha autoria sobre a teoria da justiça de John Rawls é uma proposta de expansão dos debates trazidos por esse autor, ainda não suficientemente explorados no Brasil como poderiam ser. E, por último, e não menos importante, a proposta de justiça como equidade de John Rawls traz, em seu bojo, uma preocupação com os setores sociais menos favorecidos, o que converge com o segmento da população para o qual a Defensoria Pública volta seus olhos e estende suas mãos.", declara.

A exposição de livros ocorreu no CONADEP teve publicações sobre estudo e aprofundamento de questões voltadas para o Direito e para o fortalecimento da Defensoria Pública, além de livros de grande repercussão nacional com enfoque na temática dos Direitos Humanos e nas questões de vulnerabilidade social.

10/11/2015 - Defensores maranhenses participam do XII Conadep em Curitiba



A comitiva maranhense, composta por 26 defensores públicos, participou do XII Congresso Nacional dos Defensores Públicos (Conadep), que aconteceu até sábado (7), em Curitiba (PR). O Congresso, organizado pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e pela Associação dos Defensores Públicos do Paraná (Adepar), tem como tema “Defensoria como Metagarantia: transformando promessas constitucionais em efetividade”.

A defensora geral do Estado, Mariana Albano de Almeida, participou da abertura do evento, que reuniu mais de 500 pessoas no auditório principal da Universidade Positivo. A solenidade foi marcada por diversos discursos de união e que visam ao fortalecimento da Defensoria Pública, o avanço do acesso à justiça no cenário nacional e o trabalho do defensor público voltado à camada mais vulnerável da sociedade. A defesa plena da autonomia da Defensoria Pública foi a pauta mais defendida no encontro, que contou também com a presença do subdefensor geral, Werther de Moraes Lima Júnior.

Durante seu discurso, o presidente da Anadep, o defensor maranhense Joaquim Neto, fez um balanço dos sete meses de trabalho da nova gestão com parcerias e também oferta de cursos pela Escola Nacional dos Defensores Públicos (Enadep). Ele mencionou o trabalho semanal da Associação Nacional perante os Três Poderes e destacou a atuação das comissões temáticas no Congresso Nacional. A Presidente da ADPEMA e Diretora para Assuntos Legislativos da ANADEP, Clarice Binda, esteve presente também no evento participando das atividades do Congresso dando suas contribuições.

O presidente agradeceu a acolhida dos defensores públicos paranaenses em sediar o Conadep. Segundo ele, a escolha do Paraná foi estratégica, pois o estado foi um dos últimos a criar a Defensoria Pública e até o presente momento enfrenta dificuldades para se solidificar. Com esta perspectiva, ele citou exemplos como o do Amapá e outros estados que têm dificuldade de fortalecer a Instituição e ampliar os serviços prestados pelos defensores.

Também destacou o trabalho realizado por Defensorias brasileiras que conseguiram reverter o quadro e mantêm uma curva de crescimento significativa, embora muito ainda precise ser feito. É o caso do Maranhão, citado por Joaquim Neto. Ele fez questão de citar o trabalho da defensora geral Mariana Albano e do gestor anterior Aldy Mello Filho, como fundamentais na reposição da instituição estadual no cenário nacional.

Joaquim Neto também foi firme ao mencionar a batalha da Instituição no Supremo Tribunal Federal com a tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5296, proposta pela Advocacia-Geral da União (AGU) e que questiona a autonomia da Defensoria Pública da União. Segundo Neto, este é o momento de mostrar a força e a importância da Defensoria e que todas as Associações e Defensorias vão lutar para garantir esta conquista fundamental. "É notório o período de instabilidade política, econômica e até mesmo jurídica que o Estado brasileiro chegou. Dificuldades que tendem por alcançar a todas as instituições, ameaçando a continuidade de seus serviços e avanços almejados, até mesmo trazendo risco aos direitos historicamente conquistados, como já dito. Entretanto, cumpre de pronto afirmar, que os momentos difíceis, assim como os enfrentamos no campo pessoal, servem para solidificar as nossas vitórias, posto que somos obrigados a reconhecê-las e defendê-las, bem como para nos fortalecer rumo à Defensoria do futuro", destacou.

Já o presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege), Luis Carlos de Aguiar Portela, com uma fala firme, destacou a atuação dos defensores públicos em todo o país e fez uma reflexão sobre um necessário investimento da Instituição. Para ele, "a justiça precisar estar de portas abertas às pessoas vulneráveis".

Fonte: Ascom/DPE

Ver edições anteriores »



Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão
Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP
65075-740
Tel./Fax: (98) 3199-6194
Cel: (98) 987583882
secretaria@adpema.com.br